

REQUERIMENTO Número 136/x (4 .ª) AC

PERGUNTA Número /x (.ª)

Expeça-se

Publique-se

06 '03'09

O Secretário da Mesa

Assunto: Contratação de Mestre de Judo, ex-professor de Administrador da CP

Destinatário: Senhor Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (MOPTC)

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Na sequência de denúncia de efectuada aparentemente por **'um grupo de mais de 40 funcionários, que serão na sua maioria quadros técnicos da CP'**, foi determinado pelo MOPTC, em 23 de Dezembro de 2008, uma inspecção a realizar pela IGOPTC, integrando-a em outra que já estava em curso.

A nomeação de João Oliveira para porta-voz da CP, detentor de várias empresas à data, uma das quais pelo menos, seria fornecedora de serviços à transportadora, fora merecedora de investigação pela IGOPTC a decorrer.

Àquela investigação juntar-se-ia agora outra relativa à referida denúncia, que relataria 15 situações de contratos realizados ou em negociação e que terão levantado elevadas suspeitas de acordo com notícias da imprensa.

Segundo esta última, relatava-se em Janeiro que, **"a tutela redobrou o acompanhamento aos actos de gestão da empresa"** na sequência daquela denúncia, apontando nomeadamente alegados interesses entre o Presidente da CP e a Siemens, e aquisições de automóveis e outros bens a empresas de família por parte de um administrador e de outro alto responsável da CP.

No passado dia 20, um jornal diário refere que um administrador da CP, Ricardo Bechiga, contratou um mestre de judo, seu ex-professor, sem concurso público, para acções de formação que preparem os profissionais da CP, na sua maioria revisores, **'para a gestão de situações de tensão e conflito, sobretudo nas linhas urbanas'**, referindo ainda **'não ter nada a ver com artes marciais'** a referida acção.

A referida acção tratar-se-á de um **'ensaio-piloto'** com a duração prevista de 3 meses, após o qual será avaliada **'a vantagem de estender ou não a experiência ao resto do País'**.

Numa análise superficial, parece ter sentido que a formação de base adequada ao tipo de acções de formação em causa seria a formação em psicologia ou áreas afins...

Todavia, parecendo um caso bizarro, mesmo...

Assim, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, vimos requerer através de V. Exa., ao Senhor Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (MOPTC) resposta às seguintes perguntas:

1. Porque não foram seguidos os procedimentos adequados de consulta prévia?
2. Qual o programa e conteúdo das referidas acções de formação?
3. Porque razão é contratado o elemento referido para as executar?
4. Qual o custo estimado para as referidas acção em curso?
5. Quais são as prioridades imediatas se esta experiência for estendida ao resto do país?
6. Há outras empresas públicas, dependentes da tutela do MOPTC, que possam vir a adoptar a mesma atitude?

Palácio de São Bento, 6 de Março de 2009.

Os Deputados do PSD:

(jorge costa)
Adrião Albuquerque
Sandra Pereira
Cristina Almeida da Costa
Miguel Santos
José Peres (jorge santos)
Jorge Vazquez
Sérgio Silva
Luís Montenegro